

Ser criança no terceiro mundo

Luiz Fernando Pinto*

Vivemos num mundo em transformação; mas, estamos nos transformando em quê? Que mundo é este? Será que, no momento atual, a família, a escola e a sociedade estão oferecendo à criança uma educação que represente um projeto de vida autêntico e que forneça a preparação necessária para que, por meio dessa educação, ela possa habilitar-se ao exercício pleno da cidadania?

Mudanças aceleradas provocam insegurança em pais, educadores, sociólogos, políticos, pediatras, psicólogos, psiquiatras e dirigentes de instituições que lidam com o problema social e educacional no país.

Estarão esses segmentos preparados para o exercício dessa árdua missão?

E o que é **ser criança** no nosso sofrido terceiro mundo?

É morrer de desidratação no verão? É morrer de frio no inverno? E de fome na primavera e no outono? É disputar uma vaga numa escola pública, exclusivamente por causa da merenda escolar – única refeição no dia – e fingirmos todos que essa criança está sendo educada para tornar-se cidadã?

Ou ser criança é levantar-se de madrugada para batalhar a incerteza do pão de cada dia, na selva de asfalto, ou na lama poluída das estreitas ruas da favela que habita? E o que é **ser adolescente** numa sociedade agressiva e violenta como a nossa?

Se ele é rico, ser adolescente certamente significa viver no mundo da fantasia burguesa, alienado na sociedade de consumo, assistindo a quatro ou seis horas de televisão por dia. É ser um mini-executivo, com a agenda repleta de compromissos: inglês, francês, artes, judô, natação e a indispensável psicoterapia – com o mais renomado terapeuta da cidade – para compensar o estresse precoce resultante dessa questionável sobrecarga de atividades, supostamente educativas.

Mas, se ele é pobre, ser adolescente é uma condição que o obriga a descer o morro para roubar a bolsa da madame descuidada e apropriar-se da “grana”, que é supérflua para ela, porém indispensável para a sobrevivência dele. Isso ocorre porque nem sempre resta outra saída para o adolescente carente, senão reagir violentamente contra a sua desdita e ser levado ao psiquiatra, para ser rotulado como portador de distúrbios de conduta, ou ao juiz de menores ou à polícia, para ser fichado como infrator e portador de conduta anti-social.

RESUMO

O autor analisa o problema da cidadania perdida na infância e na adolescência abandonadas à luz da responsabilidade social da comunidade, que deve participar ativamente na solução do problema, mediante a conscientização responsável e a participação ativa de todos os cidadãos.

Analisa a escalada da angústia, a escalada da miséria, a escalada do sexo e a escalada do medo, no momento histórico e social em que vivemos. Avalia a questão das injustiças sociais, e como estas crianças e adolescentes são vitimados por esse processo e relegados a uma dolorosa e injusta situação de marginalização e carência.

Estuda, também, a influência da escola e da família nesse grave processo de marginalização social.

UNITERMOS

Cidadania. Responsabilidade social. Infância e adolescência carentes. Infância e adolescência marginalizadas.

Psiquiatra e psicanalista de crianças e adolescentes Ex-chefe do serviço de Psiquiatria Infantil da Universidade Federal da Bahia Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia (Aposentado) Membro do Conselho Consultivo da ABENEPI – Capítulo da Bahia (em exercício).

As escaladas

Vivemos num mundo oprimido pela *escalada da angústia*. As pessoas, de um modo geral, estão se tornando cada vez mais angustiadas, mais tensas, mais desorientadas, mais neurotizadas, mais solitárias. A escalada tecnológica desnuda o fracasso e a fragilidade do ser humano, propiciando um doloroso processo de desumanização e *coisificação* dos seres humanos. As pessoas *coisificam-se* mutuamente e transformam o Outro em mero *objeto de consumo*, utilizado apenas enquanto ele representa uma fonte valiosa de interesses a ser sugada em benefício próprio. As pessoas são encaradas como objetos inúteis e finitos, logo, prontos para serem descartados quando todos os seus conteúdos úteis forem esgotados e consumidos.

Vivemos um momento crítico de explosão da *escalada do ódio*: ódio político, ódio religioso, ódio racial, e tudo que possa ser odiado pelo ser humano no seu afã predatório de agredir e destruir. Vivemos um gravíssimo momento de autodestruição social e de *predação antropofágica*, porque os cidadãos estão desreprimindo livremente os seus impulsos agressivos, gerando ondas sucessivas de violência que têm o seu ponto de arrebentação na infância e na adolescência. Essa mesma infância e adolescência com as quais a nação deveria contar para conduzir o seu futuro. Essa geração do amanhã, que todos os segmentos da sociedade esperam que venha a ser constituída por cidadãos pacíficos, íntegros, bem-ajustados e transbordantes de amor ao próximo. Mas, paira sobre essas crianças e sobre nós a grande dúvida se será possível, a partir de um mundo de ódio, construir um novo mundo de amor.

Todo tipo de violência é cometido contra essas crianças e a situação agrava-se mais ainda quando essa violência é cometida pela própria família. É lugar-comum as manchetes policiais dos jornais noticiarem trágicos eventos, que envolvem mães que jogam os filhos – vivos ou já mortos – no fundo das cisternas, nas latas de lixo ou nos terrenos baldios na calada da noite, onde são resgatados pelos cães vadios ou pelas ratazanas famintas, que habitam o lixo e a solidão e o silêncio da noite². Algumas dessas crianças são premiadas pelo acaso e são encontradas, ainda com vida, por garis que coletam o lixo, de madrugada, ou por transeuntes eventuais, que têm a atenção atraída por choro ou gemidos agonizantes da criança sorteada pelo destino para ser sobrevivente da vil rejeição a que foi submetida.

Mas, em contrapartida, os filhos também se tornam violentos e se voltam contra a família. As manchetes dos jornais noticiam, freqüentemente, filicídios hediondos; tios também matam sobrinhos e sobrinhos

assassinam tios; avós matam netos e vice-versa³. Cresce, também, a cada dia, a violência sexual contra as crianças, e o problema torna-se mais inquietante quando constatamos que esse tipo de violência é praticado, na maioria das vezes, pelos próprios pais ou padrastos dessas crianças vitimadas¹.

A violência é, também, induzida por outras vias mais sutis, confundidas com certos objetivos educativos. Desde cedo as crianças são matriculadas nas academias de judô, capoeira, karatê ou outras artes marciais, não só pelo lazer ou benefícios salutareos que a prática do esporte proporciona, mas, sobretudo, para que elas aprendam e se habilitem a defender-se das agressões a que possam ser submetidas na escola, na rua ou no *play-ground* do edifício onde moram. São, assim, induzidas à violência por meio do preparo para uma guerra menor entre crianças, até que chegue o momento de enfrentarem uma guerra maior, no nível adulto, cujo campo de batalha será a dura competição na luta pela vida, no seio de uma sociedade hostil e sociopatogênica. Essa mesma sociedade que cobra, insistentemente, a essas crianças uma cidadania pacífica, marcada por manifestações de amor a seus semelhantes. Essa mesma sociedade que apela, ambivalentemente, para que essas crianças e adolescentes estejam sempre prontos a oferecer a outra face – como recomenda a Santa Madre Igreja – quando uma delas for violentamente esmurrada, metaforicamente ou fisicamente, ainda que o sangue jorre em profusão mais fisicamente do que metaforicamente².

As grandes vítimas

Na verdade, as crianças são as grandes vítimas das injustiças sociais e dos erros dos adultos, pois esses males são repassados de geração a geração, e a violência da sociedade reflete a violência individual, que, por sua vez, é fruto da violência social, criando-se uma ciranda interminável, que se agrava cada vez mais ao transformar-se numa espiral maligna e metastática, capaz de contaminar todos os segmentos sociais.

Os adolescentes iniciam-se cada vez mais cedo no uso de drogas, induzidos pelos maus exemplos dos adultos e pelo *marketing* sedutor e eficaz dos traficantes.

A *escalada do sexo* envolve, num arrastão inexorável, as meninas de rua, privadas dos benefícios sociais a que teriam direito se tivessem sido amparadas e educadas e recebido as oportunidades necessárias para serem reconhecidas como cidadãs. O problema da prostituição, neste segmento, não reside na jovem socialmente marginalizada, que vende o seu corpo por

alguns míseros trocados para sobreviver. O cancro do problema situa-se, na verdade, naqueles que vivem da indústria da prostituição e da pornografia e exploram e aliciam menores, que são absorvidos pela onda perversa de erotismo, corrompido e colocado a serviço da indústria e do sexo ³.

O esgotamento provocado pelo desgaste resultante da repetitividade da pornografia convencional criou um novo filão, ainda mais hediondo, que visa estimular interesses sexuais perversos e reforçar o faturamento dos seus exploradores. Isso vem ocorrendo pela disseminação de uma nova modalidade de pornografia, ora em franca expansão no nosso meio: a *pornobaby*, ou seja, a transformação de crianças em objeto sexual em vídeos, filmes e espetáculos ao vivo.

Existem muitas outras formas de violência – diretas ou indiretas – que são cometidas contra as crianças. Dentre elas vale ressaltar a poluição e os crimes ecológicos – quase todos impunes –, que contaminam o meio ambiente, destroem a fauna e a flora, adoecendo, no seu arrastão destrutivo, crianças, adolescentes e adultos atingidos pela miséria que moram em barracos paupérrimos, situados em zonas altamente poluídas, porque, em virtude das carências da subcidadania, só lhes é permitido morar em invasões situadas em zonas insalubres.

A maior violência, porém, e a forma mais grave de agressão a esse segmento social marginalizado são a corrupção reinante nos poderes públicos, que abre as portas (ou as comportas?...) do tesouro nacional, para que as verbas governamentais destinadas à educação, à merenda escolar, à saúde e ao bem-estar dessas crianças sejam desviadas por políticos desonestos, que enriquecem, em vergonhosa gatunagem das verbas públicas, e continuam deitados em berço esplêndido, à sombra da corrupção impune. Os escândalos sucedem-se em todos os níveis administrativos, transformando-se numa vergonha nacional, verdadeira neoplasia maligna – até o presente momento incurável –, com metástases em todos os segmentos da vida política do país.

Não há violência maior contra as crianças socialmente marginalizadas do que os crimes cometidos pelos gatunos de fraque e cartola, que desviam as verbas públicas destinadas à sua educação, caminho indispensável à sua condução à cidadania. Porque isso lhes é subtraído, muitos dos meninos vivem marginalizados nas ruas e são obrigados pelas circunstâncias a roubar para sobreviver, denunciando, a cada furto cometido, que a sua cidadania não se consolidou pela falta de uma educação adequada e de meios sociais propícios, porque a paupérrima verba que era destinada à sua educação e ao seu bem-estar social foi desviada por políticos corruptos.

A escalada da miséria

E o que dizer da *escalada da miséria*? Haverá maior violência contra a infância e a adolescência do que esta?

O mundo está cheio de crianças e adolescentes famintos; no terceiro mundo eles são quase 300 milhões; 800 milhões vivem em completa miséria física e psíquica. Cerca de 65% da população mundial vive privada dos serviços de educação e saúde ⁴.

A maior parte da população brasileira vive desprovida da assistência adequada à maternidade, à infância e à velhice. Metade da população brasileira morre antes de completar dezenove anos de idade. 20% das crianças nascidas vivas não completam o primeiro ano de vida. De dois em dois minutos, morre de fome uma criança no Brasil. 40 milhões de brasileiros não recebem nenhuma assistência médica, porque 80% dos médicos brasileiros estão concentrados no eixo São Paulo – Rio de Janeiro – Minas Gerais. A nossa taxa de mortalidade infantil é uma das mais altas da América Latina: para cada dois enterros ocorridos no Brasil, um deles é de uma criança com menos de cinco anos de idade⁵. O país só não fica despovoado porque, em contrapartida, a nossa taxa de natalidade é, também, uma das mais altas do mundo, e o Brasil ocupa um lugar de destaque na explosão demográfica que assola o terceiro mundo. Corremos o risco de breve já não termos mais empregos, moradia, transportes, saúde pública, educação, saneamento básico, alimentos e espaço físico para abrigar tão desordenado e irresponsável crescimento populacional, que supera as condições de atendimento social dos governos. A Santa Madre Igreja ainda permanece estacionada no bíblico *crecei e multiplicai-vos*, opondo-se tenazmente a qualquer projeto de contenção da explosão demográfica que não seja regido pelos obsoletos métodos naturais.

Estudos da UNICEF ⁶ revelam que, nos países do terceiro mundo, a cada 30 segundos nascem cem crianças. Dessas cem crianças nascidas vivas, trinta morrem no primeiro ano de vida, e somente dez sobreviverão depois do quinto ano de vida. Dentre esses sobreviventes, apenas 3% receberão algum tipo de assistência médica. O mesmo estudo revela que a mortalidade infantil decresce de duas a quatro vezes, em função da educação da mãe, o que confirma a importância da educação para a cidadania. No Brasil, cerca de 6 milhões de adultos estão desempregados, e cerca de 6 milhões de trabalhadores têm renda inferior a um salário mínimo. 55 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável. 25 milhões de brasileiros não usam eletricidade. 100 mil crianças brasileiras ficam cegas, anualmente, por carência de vitamina A.

No Brasil ainda se morre de desnutrição, diarreia, tétano, e outras doenças infecciosas, há muito tempo erradicadas nos países desenvolvidos. Como se essa

vergonha não fosse o bastante, agora, os nossos miseráveis estão também morrendo de cólera, doença típica de zonas insalubres, onde o vírus e outras bactérias estão ganhando a guerra contra as forças combatidas de uma Saúde Pública precária e mais envolvida com superfaturamentos e interesses políticos do que com a saúde e o bem-estar da população carente⁷.

Como pensar em educação para a cidadania quando 45% da população brasileira é analfabeta, e 7 milhões de crianças em idade escolar não encontram vagas nas escolas?

A escalada do medo

As crianças de hoje – no usufruto da cidadania ou privadas dela – perderam os seus medos ancestrais ao “bicho papão”, ao lobisomem, ao “velho do saco”, às almas do outro mundo e às bruxas. Essas entidades, outrora assustadoras, hoje pertencem ao *museu do medo*, porque não assombram mais ninguém, e a *sociologia do medo* está sendo (re)escrita. As crianças de hoje assimilaram os medos dos adultos. Hoje em dia, criança de classe alta tem medo de seqüestro, de assalto e de estupro, enquanto criança marginalizada tem medo das chuvas torrenciais de inverno, dos perigos sociais e da polícia. Criança pobre tem medo de inundação, desmoronamento e corrimento de terra na favela onde mora. Tem medo da fome. Da polícia. E do traficante de drogas. Criança marginalizada teme o desabrigo, os sinistros de toda ordem e, sobretudo, a rejeição social. Criança marginalizada teme os exterminadores clandestinos, que praticam o extermínio por conta própria, mas teme muito mais os exterminadores oficiais, que usam credenciais legais para legitimar o extermínio. Trata-se de um medo por justa causa, portanto⁸.

A Anistia Internacional denunciou, recentemente, com veemência, o método que o Brasil está usando para resolver o problema dos seus meninos de rua: o Brasil está, simplesmente, matando essas crianças!...

As injustiças sociais

O organismo social tem seu ritmo próprio, que reflete a participação e a integração social dos seus cidadãos. A sociedade avança, inexoravelmente, na sua marcha, ignorando todos aqueles que ficam para trás, que se perdem na competição na luta pela vida ou que se mostram incompetentes para a sobrevivência social.

Aos que ficam para trás é negado o direito de cidadania, e, por isso, eles são marginalizados e

relegados ao ostracismo social. Dentre essas minorias estão os doentes crônicos, os inválidos, os velhos, as minorias raciais, religiosas, sexuais e culturais, os analfabetos, os miseráveis, os excomungados, os prisioneiros, os meninos de rua e todos aqueles indivíduos de raízes sociais.

Da mesma forma que uma caravana deixa atrás de si os fatigados, os mutilados, os descontentes, os incapacitados de toda espécie, os indiferentes etc, a sociedade abandona, também, em suas margens, todos aqueles que sucumbem às suas pressões e se convertem em suas vítimas, principalmente aqueles que não foram educados e habilitados por ela para o exercício pleno da cidadania. É a suprema injustiça reverberante da sociedade, que condena, marginaliza e abandona, indiferentemente, as suas crianças, vítimas que ela própria produz – em contraponto com a sua própria perversidade –, e resiste e se opõe à integração desses marginalizados, não permitindo que os menos capazes e os despreparados reconquistem os seus papéis sociais perdidos.

Novamente se evidencia a incoerência e a injustiça social, que gratificam, com estímulos e recompensas, aqueles que são bem-sucedidos e bons cidadãos, porque foram bem nascidos em berço de ouro, e, por outro lado, rejeita duramente os desprivilegiados da sorte e aqueles que não receberam a educação necessária para a estruturação da sua cidadania. Para esses despojados dirigem ódios, preconceitos, desvalorização pessoal, castigos e ostracismo. Assim, paradoxalmente, a sociedade premia e facilita a integração das crianças privilegiadas, que já nasceram exibindo o seu diploma de cidadão nas mãos, porque já nasceram com seu papel e espaço social assegurados. Essa mesma sociedade nega essa mesma oportunidade justamente àqueles que vivem nas ruas e nas favelas e que, conseqüentemente, mais precisam dela, e o reconhecimento os seus direitos humanos.

Escola e marginalização social

Na relação perversa resultante da distorção do binômio educação–cidadania reside uma das mais graves injustiças sociais, que é praticada contra o segmento de crianças que mais precisa de escola e a quem esse direito básico é negado, direta ou indiretamente.

Yara Ataíde⁹, numa pesquisa realizada em Salvador com meninos de rua, diz:

“Dentre as crianças entrevistadas, 81% já tinham freqüentado escola, mas só 34,69% dos 121 entrevistados ainda permaneciam nela. A maioria

abandonou os estudos, ainda no primeiro ano, e grande número dos que ainda estão matriculados continua freqüentando o primeiro ano.

"Apenas 19% dos meninos ouvidos nunca estiveram na escola. Percebe-se a absoluta incapacidade desta de promover a progressão destes meninos, e até mesmo a simples alfabetização. A grande maioria deles permanece entre a primeira série e a evasão. A escola trata desigualmente as classes sociais e acaba produzindo mais fracassos que sucessos, à medida que educa e instrui a minoria privilegiada e exclui e marginaliza as classes pauperizadas, agravando e reforçando as desigualdades sociais. A grande injustiça social reside justamente no fato de que são estas crianças que mais precisam de escola para melhorar de vida."

A luta em busca da educação para a cidadania já apresenta sinais de colapso nos primeiros elos de sua complexa cadeia, pois nem sempre existem vagas disponíveis nas escolas públicas. A educação e a saúde públicas no Brasil são calamidades sociais, apenas comparáveis às calamidades naturais: fome, inundações, secas, endemias e epidemias, desastres ecológicos etc.

O ensino é precário em todos os níveis. Os conteúdos programáticos são obsoletos e alienados à nossa realidade. Os professores são despreparados e mal remunerados e as condições adversas de trabalho a que são submetidos os forçam a desviar grande parte das suas atenções e energias para investimentos em greves e em lutas de classe, em busca de melhorias salariais. A burocracia do ensino público é altamente frustradora, e o trabalho processa-se num clima de favoritismos políticos. As condições desfavoráveis de trabalho terminam por desmotivar os professores, estressados pelas condições adversas de um trabalho que exaure as suas forças, em salas de aula superlotadas por alunos rebeldes e igualmente insatisfeitos.

Falta quase tudo nas escolas públicas, desde a higiene nas salas de aula e nos sanitários até o material pedagógico mínimo e indispensável à transmissão de qualquer conhecimento pedagógico. A carência é geral: tanto falta o papel de ofício na sala de aula como falta, também, o papel higiênico no sanitário.

Com muita propriedade e profunda sensibilidade na compreensão do problema, Yara Ataíde¹⁰ afirma:

"Nada do que a escola da vida ensinou a esses meninos é levado em consideração pela escola tradicional. A professora transmite aos seus alunos, implícita ou explicitamente, a desalentadora mensagem de que eles são incapazes de aprender, que ela está ali perdendo tempo e que tudo o que está acontecendo ali é uma grotesca farsa didática, com o beneplácito do governo. Os alunos captam essa mensagem subliminar e desistem de continuar levando adiante as suas

tentativas de escolarização. Acabam por aceitar o fracasso escolar que os marginalizará, tolhendo-lhes as oportunidades de uma vida melhor."

Esses fatores, ligados à fome e à desnutrição crônica, propiciam um rendimento escolar que se situa em limiares muito abaixo do rendimento das escolas particulares e que caminha, rapidamente, para uma decadência progressiva, que não tarda em resultar em absenteísmo, reprovações sucessivas e, por fim, o desinteresse, que leva, inexoravelmente, à evasão escolar.

As condições propiciatórias da dissociação existentes na fase pré-escolar costumam eclodir com o ingresso da criança na escola, porque a experiência escolar representa um confronto com um conjunto de experiências novas regidas por normas e regras, presididas por autoridades adultas e representantes de um *status* constituído e controlador do saber e do poder a serviço das estruturas convencionais e dominantes.

Nesta trajetória escolar, trôpega e inconsistente, desde cedo já podem ser notados os sinais precursores e premonitórios das transgressões maiores que ocorrerão no futuro. O absenteísmo e o recidivismo são os sinais mais precoces e estão, freqüentemente, relacionados com a conduta delinqüencial. O aluno, *gazeteiro e repente* contumaz, desde cedo está fadado a viver à margem da vida escolar. Essa fase costuma ser marcada por desajustamentos progressivos mais graves à escola, caracterizados por mentiras, falsificações de notas em boletins escolares, interceptação de comunicação entre a escola e a família etc. Esse problema, por sua vez, geralmente é consequência de outro problema correlato decorrente da instabilidade do ambiente familiar. Assim, os problemas familiares, associados ao fracasso escolar, decorrente da estrutura hiper-autoritária da escola, confluem para favorecer o desinteresse por esta, apagando ainda mais os valores escolares e sociais, já tão descoloridos para aquelas vidas marginalizadas. Tudo isso reforça a ausência do *horizonte temporal*⁴ das crianças e dos adolescentes sem futuro¹¹.

Os sinais de alerta mais graves são fornecidos por rebeldia e indisciplina, desacato às autoridades escolares, turbulência e agressividade nas salas de aula e no ambiente escolar em geral.

A situação evolui num crescendo até que ecloda a conduta francamente contraventora e/ou delinqüencial, sob a forma de furtos, formação de quadrilha infantil ou juvenil, depredações, violências, prostituição, uso de drogas, estupros, assaltos, lesões corporais etc.

Nesse percurso, rumo à marginalidade e delinqüência, a primeira entrada na polícia não tardará a ocorrer, dando início, assim, a uma carreira

recidivante de crimes, que terminará, um dia, com o próprio cadáver estendido no chão, numa poça de sangue, depois de cerrado tiroteio com a polícia, e uma lacônica referência nas páginas policiais dos jornais.

Estudos de Glueck, nos EUA, revelaram que 50% dos delinqüentes recidivantes adultos já apresentavam conduta delinqüencial desde os 8 anos de idade; 90% dos integrantes desse grupo já eram delinqüentes, considerados de difícil recuperação, desde os 10 anos de idade; e 70% do total dos delinqüentes, considerados de difícil recuperação, já eram delinqüentes desde a adolescência.

Família e cidadania

A educação para a cidadania, todavia, não é ministrada apenas pela escola. A escola instrui e educa, mas o papel precípua da educação compete à família. A sociedade e a família desempenham, assim, um significativo papel na preparação da criança para o exercício da cidadania.

Crianças dissociadas geralmente provêm de lares desagregados, constituídos por famílias marginais, marcadas pela ausência de relações familiares significativas e pela presença de maus exemplos. São muito freqüentes os problemas psiquiátricos, tais como alcoolismo, epilepsia, uso de drogas, neuroses ou psicoses. A carência afetiva é o marco dominante nesse tipo de família, e a indiferença e a frieza predominam nas relações familiares, sendo superadas apenas pelos maltratos e pela violência dos pais.

E quem educa a família para que ela possa educar adequadamente os filhos?

Como educar essas famílias para que tenhamos *soluções estruturais*, e não apenas *soluções conjunturais* e demagógicas tão ao gosto dos políticos?

A educação inadequada, proveniente desse tipo de ambiente familiar, tende a levar ao processo de *desfamiliarização*, ou seja, o processo de ruptura dos vínculos familiares, em que a dissociação ocorre no nível conjugal, ou seja, entre os pais da criança, resultando daí uma discordância de papéis, em conflito de comunicações na relação com os filhos. Essa dissociação intrínseca da família resulta na desaparecimento ou perda da unidade de valores e do sentimento de segurança familiar e social. Esse processo de *desfamiliarização*, ou seja, da perda dos vínculos familiares, antecede um processo mais grave, que é a *dissociação global*, que é o processo de perda dos laços com a sociedade. Não raro, nas famílias marginais ocorre um processo ainda mais grave, que é a *dissociação global*, isto é, uma ruptura

intraconjugal, periconjugal e transconjugal, ou seja, além da ruptura entre os cônjuges e entre os cônjuges e os filhos, há, também, uma ruptura de toda a família desagregada com a sociedade em geral.

A crise da infância abandonada reflete e repete a crise maior da própria sociedade.

Enquanto esta não resolver seus próprios problemas, as crianças carentes, sem futuro e sem cidadania, continuarão a refletir a vergonha dessa crise que se agrava a cada dia.

Educar para a cidadania significa, portanto, resolver os problemas que afligem as populações carentes de educação, saúde pública, bem-estar social, economia e finanças públicas, comunicação de massas, confiabilidade no governo, habitação popular, emprego para todos, fim da violência social, da corrupção, da predação ecológica etc.

O psiquiatra infantil contemporâneo já não pode mais recolher-se ao seu consultório de luxo, ou ao seu modesto ambulatório na periferia da cidade, e alienar-se dessa realidade social adversa e hedionda, usando o seu jaleco branco e engomado como uma armadura protetora, atrás da qual ele se esconde, juntamente com uma verdade que não pode mais negar. A psiquiatria da infância e adolescência abre um vasto campo para reflexões sociais e humanas e transforma-se num eloqüente desafio, do qual todos os pedo-psiquiatras e hebiatras, bem como os demais profissionais de áreas afins, estão sendo convocados a participar, responsabilmente, com a sua conscientização, voz ativa e engajamento militante.

O grande problema a ser enfrentado, talvez insolúvel, é *encontrar quem eduque os educadores* – pais, professores, governantes e cidadãos em geral – a quem está entregue a educação das crianças desse país.

SUMMARY

The author analyses the problem of the lost citizenship in the socially abandoned infancy and adolescence, through the view of the social responsibility of the community, that must, actively, contribute to the solution of the problem, through responsible conscientiousness and active participation.

The author also analyses the increase of anguish, misery, sex promiscuity and fear, that make suffer these children and adolescents. The author also examine the social injustices and the role of the school and family, and the way they become their victims socially offenders and deviants.

KEY WORDS

Citizenship. Social responsibility. Abandonet infancy and adolescence.

Bibliografia

1. AZEVEDO, M.A. (Org.) *Crianças vitimizadas*. São Paulo, Iglu, 1989.
2. PINTO, L.F. Serão os miseráveis cidadãos? *Revista da FAEEBA*, 2: 77-97, 1993.
3. DIMENSTEIN, G. *Meninas da noite*, 9ª Ed., São Paulo, Ed. Ática, 1993.
4. *Bahia e suas crianças e adolescentes. O que está acontecendo?* Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, UNICEF, 1991.
5. *O trabalho e a rua. Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*, UNICEF, 1992.
6. *Situação Mundial da Infância: 1992*. Publicação da UNICEF, 1992.
7. *Situação Mundial da Infância: 1992*. Publicação da UNICEF, 1992.
8. PINTO, L.F. *Opus cit.*
9. ATAIDE, Y.D.B. *Decifra-me ou devoro-te – História oral de vida dos meninos de rua de Salvador*. 2ª Ed. São Paulo, Editora Loyola, 1997
10. ATAIDE, Y.D.B. *Opus cit.*
11. WINNICOTT, D.W. *Privação e delinquência*. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

Endereço para correspondência:

Luiz Fernando Pinto
Rua Ceará, 1072 - Apto. 1301 (Pituba)
Edifício Villa Del Rey
41.830-451 - Salvador/BA